

A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS
PARA O MUNDO E O BRASIL

Samuel Pinheiro Guimarães

Expediente

O Caderno nº 8 - "*A política dos Estados Unidos para o mundo e o Brasil*" de Samuel Pinheiro Guimarães, é uma publicação da Consulta Popular.

Edição e Editoração Eletrônica: Secretaria Operativa Consulta Popular

Pedidos: Secretaria da Consulta Popular

Rua Vicente Prado, 134 - CEP 01321-020 - São Paulo - SP

Telefax: (11) 31055087

Correio eletrônico: consultapopular@cidadanet.org.br

consultapopular@uol.com.br

Sumário

Apresentação	5
1ª Parte	
I - A superpotência no centro das estruturas e sua política	9
- Os Estados Unidos em 1945	9
- Política doméstica e política externa americana	11
II - A estratégia militar americana	14
III - A estratégia política americana	21
IV - A estratégia econômica americana	25
V - A estratégia ideológica americana	33
2ª Parte	
I - Estratégia americana para a América Latina e para o Brasil	37
- A estratégia americana para o Brasil	40
II - A ALCA e o fim do Mercosul	42
- A ALCA e o comércio no Mercosul	46
- A ALCA e a formação de capital	47
- A ALCA e o mercado de mão-de-obra	49
- Respostas do Mercosul à ALCA	50
- A expansão do comércio do Mercosul	51
- O "aprofundamento" do Mercosul	55
- A ampliação do Mercosul	58
- Conclusões	63
Glossário	65

Apresentação

A cartilha que se vai ler corresponde a sete capítulos do livro *Quinhentos anos de periferia* (Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 1999, 172 páginas). O autor, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, é formado em Direito e pós-graduado em Economia. Tendo optado pela carreira diplomática, serviu em diversas missões no exterior. Também foi chefe do Departamento Econômico e da Divisão Econômica para a América Latina do Itamarati. Hoje, é diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, órgão do próprio Itamarati. É autor de dezenas de artigos em revistas especializadas, especialmente em questões relacionadas com a inserção internacional do Brasil e a chamada nova ordem mundial.

As opiniões de Samuel Pinheiro Guimarães, portanto, não são as de um curioso, mas as de um especialista que tem longa vivência prática em negociações internacionais e dedica a vida a estudar esses temas. Funcionário de carreira do governo brasileiro, ainda na ativa, ocupando importante posto na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, Samuel se caracteriza, antes de tudo, pela lucidez e a coragem. É um homem que não segue pensamentos da moda, não se curva aos poderes do momento e não esconde o que pensa. Seu compromisso permanente é com o Brasil. Resgata assim as melhores tradições da nossa diplomacia.

Quinhentos anos de periferia – título, em si mesmo, tão expressivo – oferece, de forma didática, uma visão abrangente das relações internacionais no mundo contemporâneo e de seu impacto sobre o Brasil, que se caracteriza por ser um grande país periférico. Nos primeiros capítulos, Samuel define o conceito de estruturas hegemônicas e analisa suas estratégias de expansão, no passado e

no presente. Discute em seguida os contornos da nova ordem internacional, marcada pela aceleração do progresso científico e tecnológico, a reorganização de territórios e do sistema produtivo, a revisão do conceito de soberania, a concentração de poder e a reincorporação de grandes áreas ao sistema capitalista. Revê depois o peso relativo, no mundo contemporâneo, do trabalho, dos recursos naturais e do capital.

Os capítulos 11 ao 16, que publicamos aqui, são dedicados a uma análise das estratégias (militar, política, econômica e ideológica) da superpotência atual, os Estados Unidos, com destaque para suas relações com a América Latina e o Brasil. As questões do papel do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do Mercosul também são analisadas em seguida (as duas últimas foram selecionadas para esta cartilha, por sua importância direta sobre os destinos do Brasil).

Os capítulos finais, 19 e 20, tratam dos objetivos estratégicos que deveriam ser perseguidos pelos grandes Estados periféricos e dos desafios prioritários da política externa brasileira. O livro contém, ainda, um posfácio do autor, com uma análise da intervenção militar da Otan na Jugoslávia, sob o ponto de vista do direito e das relações internacionais.

Selecionamos, para esta cartilha, os trechos em que Samuel descreve os diferentes aspectos da estratégia norte-americana que nos afetam mais diretamente. Nessa descrição, estamos longe da imagem, tão difundida no Brasil, de um mundo homogeneamente globalizado, regido pela "mão invisível" do mercado, sem relações de poder, sem Estados nacionais atuantes. "Para os Estados e sociedades periféricas", diz Samuel no início do livro, "sujeitos a crescentes desigualdades internas e externas, a choques súbitos e à violência das sociedades mais poderosas, tal interpretação ilusória

não é adequada, nem suficiente, nem útil.(...) Os grandes Estados periféricos, entre eles o Brasil, têm de enfrentar os desafios portentosos que são representados por suas vulnerabilidades externas e suas disparidades internas (...). Ou eles enfrentam esses desafios, com habilidade e determinação, e nesse esforço manterão um relacionamento complexo, tenso e difícil com aquelas estruturas hegemônicas, ou não os enfrentam, permanecendo em situação de crescente inferioridade, por causa da acelerada concentração de poder econômico, político e militar. Com isso, sofrerão processos de estagnação econômica interna, de instabilidade política e de eventual fragmentação territorial".

O embaixador defende posições que coincidem com aquelas que temos desenvolvido no âmbito da Consulta Popular. As relações econômicas e políticas do Brasil com o mundo reforçam as situações de injustiça interna e nos deixam vulneráveis a choques externos. Por isso, temos defendido que o país não aceite a tutela de organismos internacionais representantes dessa nova ordem e afirme, a qualquer custo, sua soberania — ou seja, adquira um grau suficiente de autonomia decisória —, unindo-se aos demais países subdesenvolvidos e atuando para impedir que se torne permanente e juridicamente legitimada uma ordem internacional que exclui a grande maioria da humanidade.

Que todos os nossos militantes leiam com atenção esta cartilha. E que, se possível, leiam também *Quinhentos anos de periferia* do início ao fim. Estaremos assim complementando nossa formação em um aspecto decisivo para o futuro do Brasil.

Cesar Benjamin
São Paulo, janeiro de 2000

I - A SUPERPOTÊNCIA NO CENTRO DAS ESTRUTURAS E SUA POLÍTICA

As grandes tendências e o cenário internacional são gerados pelas estruturas hegemônicas e sobre elas reagem em um processo dinâmico de vinculações múltiplas nos distintos níveis de atividade das sociedades e dos Estados.

No centro das estruturas hegemônicas se encontram as Grandes Potências e, dentre elas, a Superpotência - os Estados Unidos da América - o único Estado com interesses econômicos, políticos e militares em todas as áreas da superfície terrestre, na atmosfera e até no espaço sideral, e o grande responsável pela criação das estruturas hegemônicas que lideram.

Assim, o exame dos objetivos da política exterior americana desde o último pós-guerra é essencial para compreender o cenário internacional, a evolução das grandes tendências e a ação das estruturas hegemônicas.

Os Estados Unidos em 1945

Apesar de as características da hegemonia americana em 1945 terem sido descritas anteriormente, é essencial lembrá-las, pois são o fundamento da política exterior americana desde então.

A hegemonia militar, política, econômica e ideológica americana, após a Segunda Guerra, era extraordinária e incontestável por qualquer outra Potência, mesmo a União Soviética. Seus exércitos ocupavam a Europa Ocidental e o Japão e suas forças

aéreas e navais controlavam os espaços aéreos e os oceanos. O território americano tinha ficado incólume, enquanto os Aliados e os países do Eixo haviam sofrido extraordinárias perdas humanas e materiais, além de grandes deslocamentos de refugiados. Os Estados Unidos sofreram poucas baixas militares, quando comparadas às baixas das demais Potências, não sofreram perdas civis e não havia populações de refugiados americanos.

Os Estados Unidos detinham o monopólio da arma definitiva, a bomba atômica, e, mais importante do que possuir a tecnologia nuclear militar, haviam demonstrado sua capacidade técnica e sua vontade política de utilizá-la, inclusive contra populações civis.

Ao final da Segunda Guerra, a produção americana correspondia a mais de 60% da produção industrial do mundo. Eram responsáveis pela maioria absoluta das exportações industriais e constituíam o grande mercado para os produtos primários da periferia. Os Estados Unidos eram credores dos Aliados em montantes extraordinários em decorrência do Programa Lend-Lease e de reparações de guerra devidas pelos ex-inimigos; detinham, finalmente, mais de 50% das reservas mundiais de ouro. Sua estrutura produtiva permanecia incólume, enquanto as economias das demais potências industriais estavam destruídas ou desorganizadas.

Os Estados Unidos tinham demonstrado sua capacidade de mobilização política e psicológica e demonstravam grande flexibilidade política e visão de prioridade estratégica ao se disporem a uma aliança tática com a União Soviética, um regime ideologicamente antagônico e competitivo. Dispunham de um projeto para organizar política e economicamente a comunidade

internacional e, para atingir tal fim, gozavam de grande coesão política interna, vencida a tradição de isolacionismo.

Ideologicamente, o *American way of life* vencera as visões nazifascistas, a sociedade americana reforçara suas convicções de ser a forma ideal de organização política, econômica e social, acreditava em sua capacidade de reformar o mundo à sua imagem e semelhança e estava disposta a fazê-lo.

Foi nessa situação de hegemonia, sem precedentes históricos, que se assentaram as diretrizes estratégicas americanas. Apesar de sofrerem a influência da evolução política e econômica desde 1945, permanecem elas válidas em sua essência. Antes de examiná-las é necessário ver como sua execução é afetada pelas peculiares relações entre política externa e política doméstica nos Estados Unidos.

Política doméstica e política externa americana

As peculiaridades geográficas, demográficas, econômicas, históricas e, em especial, políticas da sociedade americana fazem com que a política interna tenha influência predominante e determinante sobre a atuação internacional do governo americano.

Os Estados Unidos têm apenas dois vizinhos, ambos muito mais fracos econômica e militarmente, não representando a mais remota ameaça para a sociedade americana. A distância física e militar que separa os Estados Unidos de outras Potências permitiu, durante longo tempo, à sociedade americana desfrutar da agradável sensação de estar em uma fortaleza militarmente inexpugnável.

A dimensão demográfica, as características da população americana quanto ao nível educacional, à situação sanitária e de saúde e aos índices de produtividade do trabalho; a capacidade da

sociedade americana de absorver imigrantes das mais diversas origens com conseqüências estimulantes para a competição e o custo de mão-de-obra e, finalmente, a mobilidade geográfica e social da população, criavam o maior e mais dinâmico mercado do mundo, com reduzido grau efetivo de dependência externa, exceto quanto à energia.

A formação histórica da sociedade americana, ao ter sido e ao pretender ser o abrigo de indivíduos política e economicamente oprimidos, em especial oriundos da Europa; ao procurar manter distância dos conflitos dinásticos europeus, arcaicos e mesquinhos; ao almejar constituir uma sociedade democrática, justa, pacífica, próspera e igualitária, reforçou tradicionalmente o primado do nacional sobre o internacional.

Por fim, o sistema político-eleitoral americano, baseado nos interesses paroquiais do distrito eleitoral - com eleições de deputados a cada dois anos - e a competência constitucional do Congresso em política externa, tomam as situações conjunturais da política interna fatores determinantes da política externa americana. Essa predominância da política interna torna necessário que as iniciativas ou reações de política externa tenham de ser justificadas sempre à luz dos interesses eleitorais a curto prazo dos partidos e dos interesses econômicos e ideológicos dos segmentos mais ativos no processo político, sejam eles etnias, grupos econômicos, organizações religiosas ou de refugiados e seus descendentes.

É possível identificar os princípios e vetores de uma grande estratégia americana de caráter permanente nos campos militar, político, econômico e ideológico. Todavia, a execução dessa estratégia, em suas ações táticas, depende, todavia, sempre da capacidade do Executivo de traduzir os objetivos dessas ações em termos de política interna americana. O Executivo tem de realizar

um esforço rápido e intenso para convencer o grande público americano de que se trata de "seu" interesse - e esse, de curto prazo. Enfim, de que são iniciativas indispensáveis para garantir seu bem-estar econômico e sua segurança física. Esse esforço e capacidade de convencimento dependem de formulações ideológicas e de processos que acenem pertinentemente com "ameaças" magnificadas e com "benefícios" igualmente exagerados que decorreriam de situações e ações específicas.

Por outro lado, a mobilização autônoma da opinião pública por setores e grupos específicos da sociedade americana pode, ao afetar a política interna, forçar iniciativas táticas de política externa que afetem e mesmo perturbem a execução daquela grande estratégia, sendo mesmo capaz de criar situações contraditórias e de grave prejuízo a longo prazo.

A utilização e a manipulação da mídia, na era da cobertura "instantânea" e "onipresente", se tornam de influência crucial para gerar movimentos de opinião e para influir sobre a determinação da correlação de forças que definirá a orientação geral do Executivo americano diante de crises e que permitirá eventuais iniciativas táticas da política exterior americana. Todavia, cessado o impulso inicial, tais movimentos gerados pela mídia podem esmorecer e desaparecer.

Assim, para além das situações conjunturais, que obscurecem o quadro político e podem levar a interpretações, às vezes apressadas e em excesso otimistas ou pessimistas, de modificação, para o bem ou para o mal, da política exterior americana (e em conseqüência da situação política internacional), é necessário identificar as grandes estratégias americanas nos campos militar, econômico, político e ideológico.

As estratégias dos demais países, vencidos e vencedores da

Segunda Guerra, tendo em vista aquela predominância de poder americano, que permaneceu durante longo tempo e que hoje se exerce através das estruturas hegemônicas, têm constituído, com a exceção da União Soviética durante um certo período, pouco mais do que respostas mais ou menos bem-sucedidas às iniciativas e à execução das estratégias americanas.

Essas estratégias se inter-relacionam e iniciativas específicas do Executivo americano podem ser contraditórias por se originarem na predominância momentânea interna de certos interesses e pelo papel do Congresso. Assim, os objetivos intermediários americanos de cada grande estratégia podem se apresentar como conflitantes entre si diante de situações concretas, assim como conflitantes com objetivos de grandes estratégias em outros campos de ação. Todavia, é necessário reconhecer as iniciativas americanas como organizadas em torno da visão que a sociedade americana faz de si mesma e de sua estratégia ideológica em relação aos outros Estados e sociedades.

II - A ESTRATÉGIA MILITAR AMERICANA

A grande estratégia militar dos Estados Unidos poderia ser resumida na idéia de manter a hegemonia militar adquirida na Segunda Guerra Mundial, em termos de presença e de liderança tecnológica, de modo a garantir a expansão econômica pacífica dos interesses americanos, o bem-estar e a segurança da sociedade americana.

Os objetivos intermediários dessa grande estratégia militar americana estão descritos a seguir.

Impedir a reemergência do Japão e da Alemanha como potências militares capazes de desencadear conflitos e de contestar a hegemonia americana.

A divisão do antigo Reich alemão em quatro zonas de ocupação militar e, em seguida, a criação de dois Estados alemães e a perda de parte de seu território original para a Polônia faziam parte do cumprimento desse objetivo. As constituições da Alemanha e do Japão, elaboradas durante a ocupação militar, proibiam o uso de forças armadas fora de seu território, assim como o desenvolvimento de armas nucleares.

Com a Guerra Fria, esse objetivo inicial foi em parte alterado. Assim, a proibição de organizar forças armadas foi contornada pela formação de "um exército de oficiais", com o desenvolvimento de armas sofisticadas. Tal situação se manteve pela permanente presença militar americana no Japão e na República Federal da Alemanha e soviética na República Democrática Alemã. A adesão alemã ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) reforçou a proibição nuclear e permite as inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o que não significa que a RFA e o Japão não tenham capacidade técnica e industrial de construir artefatos nucleares e veículos lançadores.

Com a consolidação da democracia na Alemanha, sua reunificação, a partida das tropas soviéticas (mas não das tropas americanas), o objetivo estratégico persiste. Agora, há certa ambigüidade tensa que se manifesta pelo desejo de repassar à Alemanha, através da OTAN, o custo político e militar de manter a ordem em regiões onde há influência e tradicionais interesses alemães. Esse objetivo leva à pressão americana para que seja revisto o artigo da Constituição alemã que proíbe o uso de forças armadas fora de seu território e a uma contrapressão interna dos movimentos pacifistas alemães (e de outros países, sempre receosos de uma eventual hegemonia agressiva alemã na Europa) que procura impedir essa revisão.

assegurada”, - first and second strike, e do sistema anti-mísseis balísticos. A sensação de vulnerabilidade aumentou, ao menos em termos de percepção pública, com a instalação de mísseis soviéticos em Cuba. Mais tarde, o programa Guerra nas Estrelas, de Reagan, tinha como finalidade declarada, apesar de cientificamente contestada, conter mísseis inimigos em pleno curso e, assim, recuperar a inviolabilidade do território. A instalação em subterrâneos dos sistemas de CCC (*Command, Communication and Control*) tinha como origem essa sensação de vulnerabilidade e como objetivo garantir a incolumidade dos centros de decisão político-militares.

Proteger os interesses americanos em terceiros países, se necessário pela força, e, em especial, assegurar o acesso a insumos básicos, como o petróleo.

O acesso a insumos essenciais como o petróleo, ou a rotas de suprimento, é buscado através de estacionamento de tropas, acordos de bases militares, visitas navais e operações navais conjuntas, que permitam prevenir o ataque a esses interesses e defendê-los rapidamente se necessário. A Guerra do Golfo, em decorrência da invasão iraquiana do Kuwait, justificada principalmente como defesa do acesso ao petróleo, foi igualmente uma operação de punição a um Estado contestatário, ainda que apenas localmente, da hegemonia dos Estados Unidos.

Manter uma capacidade de intervenção militar direta rápida em qualquer região do mundo.

A dificuldade crescente em manter bases em terceiros países, aliados ou não, a diversidade e a expansão dos interesses americanos em todos os países e as possibilidades criadas pelas novas tecnologias tornaram viável o desenvolvimento de sistemas de satélites de espionagem para detecção de movimentos e atividades militares

suspeitos e tornaram necessário o desenvolvimento de forças rápidas de intervenção, capazes de serem deslocadas a partir do território americano ou de instalações militares em países que sejam firmes aliados dos Estados Unidos.

Conter o expansionismo territorial soviético.

A contenção do expansionismo territorial soviético foi (e continua a ser) uma política herdeira da contenção do expansionismo do império russo, que, desde o século 16, havia incorporado gradualmente milhões de quilômetros quadrados a seu território, em direção à Ásia e às águas quentes do Mediterrâneo.

Após a Segunda Guerra Mundial, em especial após a Doutrina Truman sobre a Grécia, os Estados Unidos inauguraram uma política de acordos regionais de segurança. Através desses acordos, os Estados Unidos podiam ser “convidados” pelos regimes de países-membros a defendê-los de processos insurrecionais internos, classificados como de inspiração e apoio exterior, ou de agressões externas.

As intervenções americanas em diversos países se deram no contexto desses tratados, a partir de uma concepção de ameaça, verdadeira, ou magnificada, de expansão da influência ideológica e territorial soviética. A partir do governo Reagan, os Estados Unidos passaram a organizar e financiar de forma ostensiva movimentos insurrecionais, tais como a guerrilha afegã e os “contras” na Nicarágua, além de dar apoio a organizações cubanas baseadas em Miami e a movimentos de oposição aos regimes comunistas da Europa Oriental.

Desenvolver sistemas de armas de alta tecnologia que permitam compensar uma eventual inferioridade numérica de forças convencionais.

Esses sistemas incluem os programas nuclear, espacial, de

armas de destruição em massa - como as químicas e bacteriológicas - de mísseis, de raios laser, de computadores de alta potência etc.

Tais programas têm constituído, na prática, esquemas de subsídio à pesquisa científica e tecnológica de alto risco por empresas que se dedicam não apenas à produção de equipamento militar, mas também à produção de bens civis. Foi a partir de programas militares que se iniciou e desenvolveu a pesquisa em computadores, em biotecnologia etc. - como, aliás, continua ocorrendo nas áreas mais sofisticadas e dispendiosas, como laser e satélites militares.

Reduzir a probabilidade de perdas humanas americanas em combate.

A redução da possibilidade de perdas de vidas americanas em conflitos percebidos como de reduzido interesse econômico ou político pela opinião pública, desde o Vietnã, se procura alcançar através de diversas medidas. A primeira é o desenvolvimento de armas altamente sofisticadas que permitam a guerra à distância; a segunda, é a política de *burden sharing* (divisão de responsabilidades) com os Estados aliados desenvolvidos, de forma que cada um se encarregue da gerência e solução de conflitos em suas regiões, o que levou à política de reorganização e fortalecimento das forças armadas alemãs e japonesas e de "permissão" para elas atuarem no exterior e a terceira, a transformação das Forças Armadas americanas em corpo profissional, isto é, formado por voluntários, o que reduz a pressão política das classes médias brancas diante da possibilidade de perdas de seus filhos ao tornar a composição dos efetivos militares predominantemente negra e pobre.

III - A ESTRATÉGIA POLÍTICA AMERICANA

A grande estratégia política americana pode ser resumida na idéia de manter a hegemonia política americana em âmbito mundial, adquirida com a Segunda Guerra, através de um sistema político internacional que garanta a igualdade soberana dos Estados, sem contestação pela força de suas fronteiras, e a autodeterminação para fins de organização política interna.

Essa grande estratégia tinha e tem como objetivos intermediários:

Implantar por tratado e preservar uma organização política internacional, de âmbito universal, de duração indefinida e garantir o direito de veto dos Estados Unidos nas decisões dessa organização e a preponderância das decisões do governo americano sobre qualquer decisão internacional.

O desejo de evitar novos conflitos mundiais que pudessem colocar em risco a hegemonia do sistema capitalista-liberal democrático, sob a liderança anglo-saxônica; a inexistência de reivindicações territoriais americanas; sua certeza de que, na qualidade de maior Potência econômica, financeira e comercial, a paz garantiria sua influência e hegemonia econômica e política no mundo; a necessidade de combater a tendência isolacionista interna; a consciência de que sua força militar seria insuficiente para manter, sozinha, a paz conseguida em 1945, inclusive devido ao poderio militar convencional soviético, tudo isso fez Roosevelt ressuscitar o ideal de segurança coletiva de Wilson.

A implantação, por tratados, de uma organização política internacional, de âmbito universal, de duração indefinida, se tornou o grande objetivo após 1945, e o principal instrumento de

“organização” da comunidade “caótica” de Estados e da política exterior americana. A Carta das Nações Unidas, elaborada pelo Departamento de Estado dos EUA, aceita em sua essência pelas Quatro Potências patrocinadoras da Conferência de São Francisco, duas delas sem poder econômico, militar ou político, e a outra satisfeita com sua aceitação na condição de Grande Potência e segura de que a nova organização não se poderia voltar contra ela devido ao direito de veto, foi praticamente aceita sem modificações pelos países participantes da Conferência, satisfeitos com a garantia do fim do isolacionismo americano e gratos por terem sido salvos do nazismo.

Os dois pontos principais a reter nessa questão é que, primeiro, foram criadas duas classes de Estado: os que detêm o poder de impedir a ação das Nações Unidas e os que não detêm esse poder e são obrigados a cumprir as decisões do Conselho de Segurança, órgão supremo, com poder de exercer a força militar e de obrigar, através de sanções, o comportamento dos Estados. Segundo, que para a política exterior americana, as Nações Unidas (e qualquer outro organismo internacional) são uma criatura sua e de nenhuma forma um organismo que tivesse resultado de decisão soberana, livre e consensual da comunidade internacional em geral ou regional. Tais organizações são úteis enquanto convenientes e se tomam descartáveis quando inconvenientes ou quando tornam posições contrárias a seus interesses. Assim, o direito de veto que se auto-atribuíram os Estados Unidos e que decidiram partilhar com um grupo restrito de Estados, assim como a idéia de que as decisões do Estado americano são superiores a qualquer decisão de organismos internacionais e sua disposição de enfraquecer, desrespeitar as normas ou retirar-se desses organismos sempre que estes contrariem os desígnios da política americana é um princípio central da estratégia dos Estados Unidos.

Agir para a implantação e permanência de regimes políticos, se conveniente democráticos e representativos, em terceiros países que melhor assegurem a influência e a defesa dos interesses políticos e econômicos americanos.

A internacionalização da economia e da sociedade americana, em termos de investimentos, de acesso a materiais estratégicos, de dependência de sua indústria de insumos estratégicos importados, de mercados para seus bens e capitais, da necessidade de estacionamento de tropas americanas no exterior, de livre acesso de seus navios a águas e portos estrangeiros, de proteção de grande número de homens de negócios “expatriados” americanos, fazem com que constitua um objetivo de enorme importância a existência de governos em terceiros países que melhor assegurem a influência e a proteção dos interesses políticos e econômicos americanos.

A natureza democrática desses regimes é uma circunstância desejável, em especial pela maior transparência dos procedimentos legislativos democráticos, de maior independência do Judiciário e de redução do poder discricionário do Executivo; isso, a *contrario sensu*, ao não existir nos regimes autoritários, dificulta o exercício de influência americana e pode levar a surpresas, devido a mudanças súbitas e imprevisíveis de política.

O requisito essencial é a atitude em face dos interesses americanos. Assim, além da longa tolerância, apoio e até promoção de regimes autoritários na América Latina, na África, na Ásia e mesmo na Europa, e apesar da retórica democrática atual, os regimes autoritários e oligárquicos são perfeitamente tolerados e tratados com grande consideração, apesar de serem em muitos casos monarquias absolutas, ou regimes de aparência democrática e republicana, porém autoritários.

Auxiliar os movimentos políticos de oposição a governos que contrariem

os interesses econômicos americanos e contestam as suas iniciativas políticas.

A política americana de auxílio a movimentos políticos de oposição a governos que contrariam interesses americanos e contestam suas iniciativas políticas se desenvolveu durante toda a Guerra Fria. De forma discreta e encoberta, devido em parte à necessidade de aparentar respeito pelo princípio de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, consagrado na Carta das Nações Unidas, essa política se exercia através da Central Intelligence Agency (CIA) e de outras agências americanas ou indiretamente pela negativa de cooperação com os governos, o que auxiliava a oposição a eles e criava condições favoráveis à sua eventual substituição.

A partir do governo Carter, que gradualmente tornou a política de defesa de direitos humanos razão para intervenção em assuntos internos de outros países, e em seguida no governo Reagan, os Estados Unidos passaram a apoiar abertamente movimentos, inclusive armados, contrários a governos "inimigos", como ocorreu na Nicarágua, em Angola e no Afeganistão.

A técnica subversiva de favorecer e apoiar, inclusive com armas e recursos, províncias, minorias étnicas e tribais, e seitas religiosas contra o governo central, democrático ou não, que se oponha a interesses americanos, é uma constante na política americana, anterior a Reagan e Carter os quais apenas a "escancararam" e "legitimaram".

IV - A ESTRATÉGIA ECONÔMICA AMERICANA

A grande estratégia econômica americana pode ser resumida na idéia de manter a influência hegemônica de interesses americanos, adquirida com a Segunda Guerra Mundial, como forma de contribuir para níveis de bem-estar cada vez mais elevados da população do país.

Os principais objetivos a serem alcançados no processo de implementação dessa grande estratégia estão sintetizados a seguir.

Implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a mais livre circulação de bens, serviços e capital (mas não de trabalho).

Esse objetivo foi buscado inicialmente nas conferências de Bretton Woods e de Havana. A estratégia americana tolerava os impérios coloniais, porém nitidamente favorecia a abertura dos mercados africanos e asiáticos. Por outro lado, a necessidade de recuperar a estagnada economia européia, de unir França e Alemanha frente à ameaça soviética, tornou necessário aceitar o projeto da Comunidade Européia, discriminatório de bens, mas não de investimentos americanos. Na Ásia, a ascensão de Mao-Tsé-Tung, a Guerra da Coreia e a Conferência de Bandung contribuíram para a tolerância americana em relação à política de reconstrução japonesa, protecionista em relação a bens e ao capital e voltada para a exportação ao mercado americano.

Na América Latina, a revolução cubana e os movimentos insurrecionais que eclodiram em diversos países tornaram necessária uma política americana de cooperação com os esforços nativos de desenvolvimento, através da Aliança para o Progresso, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial

(BIRD) e de tolerância em relação a políticas protecionistas e industrializantes na região.

Todavia, permaneceu o objetivo básico estratégico e, assim fortalecidas a economia européia e japonesa, reduzir a força política dos movimentos socialistas europeus, derrotados os movimentos insurrecionais na América Latina e instalado o déficit comercial crônico e crescente nos Estados Unidos, ressurgiu o esforço de abertura de mercados, agora agressivo, através da teoria do *fair trade* e dos mecanismos de pressões e sanções unilaterais das Leis de Comércio americanas, que viria a ser multilateralizado e legitimada pela Rodada Uruguai do GATT.

No campo multilateral, a estratégia americana se desenvolveu em várias frentes. A primeira delas foi a vinculação entre a renegociação da dívida externa em condições mais favoráveis à adoção de programas chamados de “condicionalidades” e hoje de *structural adjustment*, que incluíram sempre políticas de abertura do setor externo para bens, serviços e capitais; desestatização ou privatização e desregulamentação. Essas políticas são impostas e supervisionadas por organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, e sua opinião e aprovação é solicitada pelos credores, quando da renegociação das dívidas privada.

Ainda no campo multilateral, a estratégia americana foi a de estabelecer regras universais e sancionáveis não só para as relações econômicas internacionais mas também para as atividades econômicas domésticas, a pretexto de que as políticas domésticas podem distorcer os fluxos de comércio e de capitais e prejudicar os interesses americanos.

Esse esforço se realizou principalmente através de um processo de negociações comerciais multilaterais no âmbito do

GATT, a Rodada Uruguai, que se encerrou com a criação da Organização Mundial do Comércio.

O processo de negociação foi caracterizado pelo exercício simultâneo de pressões bilaterais; pelo convencimento da periferia em fazer “concessões” unilaterais antecipadas, sem obter reciprocidade dos países desenvolvidos, que argumentavam serem aquelas concessões do próprio interesse da periferia; pela persuasão das elites a não-aceitação das novas regras a “excluiria” do sistema internacional com conseqüências graves, entre elas a sujeição “inerme” ao unilateralismo americano.

Na esfera regional, os Estados Unidos organizaram forte ofensiva contra a Comunidade Econômica Européia (CEE), acusando-a de ser uma “fortaleza” protecionista e intervencionista. Em segundo lugar, iniciaram um processo de integração na América do Norte, cujo principal objetivo não era o de abrir o mercado mexicano (que já era aberto), mas sim o de procurar romper com certas teses de que o México era paladino, inclusive em relação ao tratamento diferenciado e à propriedade intelectual; ter acesso eventual ao petróleo mexicano e criar um “modelo” de *success story* para convencer outros países, como o Brasil e a Índia, a mudarem suas posições tradicionais, diante do exemplo de um país subdesenvolvido que, ao aderir às regras da nova política americana, teria conseguido ingressar no Primeiro Mundo.

A estratégia americana em relação à North American Free Trade Association (NAFTA) se expandiu subitamente com a Cúpula das Américas e com a proposta de integração hemisférica, uma nova “ferramenta” para obter maiores reduções de barreiras a suas exportações e a seus capitais, de obter concessões “GATT-plus”, e de alinhar os países do hemisfério em torno de objetivos políticos

relativos ao narcotráfico, terrorismo, corrupção, redução de armamentos convencionais e reformulação das tarefas das Forças Armadas dos países da região.

Após sete anos de pressões, de negociações e da maior campanha de mídia jamais vista, a Rodada Uruguai resultou na criação da Organização Mundial do Comércio. A OMC estabelece normas internacionais para promover e garantir a livre circulação internacional de bens, serviços e capitais e, ademais, para impedir a adoção de políticas nacionais que afetem a liberdade de ação do capital estrangeiro ou que privilegiem o capital nacional.

Os Estados Unidos, todavia, continuaram a utilizar instrumentos unilaterais de sanção e pressão contra aquelas políticas que unilateralmente consideram “injustas” e “desleais” e, ademais, aprovam e aplicam legislação extraterritorial americana, que contraria a OMC e o Direito Internacional.

Manter a capacidade de proteção de setores da economia americana ameaçados pela competição estrangeira.

Logo após a aprovação do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), os Estados Unidos obtiveram um *naiver* que permitiu a continuação de sua política de concessão de subsídios à agricultura que, na prática, ficou excluída das rodadas de negociação para redução tarifária e defendida da competição externa.

Mais tarde, com o aumento da capacidade exportadora de certos países periféricos, na área de manufaturados, de início têxteis, depois aços e outros produtos, a defesa dos setores ameaçados pela concorrência externa passa a se fazer através dos acordos “voluntários” de restrição de exportação - Voluntary Export Restraint Agreements (VER), que igualmente atingiram as exportações japonesas, em especial de automóveis.

O aprofundamento das reduções tarifárias por meio das negociações do GATT não atingiram a maior parte dos “picos tarifários” nos Estados Unidos (mas também na Europa e no Japão), os quais sobreviveram e afetam os interesses de exportação daqueles países periféricos justamente capazes de exportar os produtos de indústrias mais simples - e, muitas vezes, mais antigas - nos países altamente industrializados e que utilizam mais mão-de-obra. Ademais, a proteção passou a se fazer através da legislação americana de *antidumping* e de direitos compensatórios, aplicada de forma unilateral, e de pressões americanas para acabar com a possibilidade de políticas de subsídio, no nível bilateral, o que foi consagrado pelas novas regras da OMC, resultantes da Rodada Uruguai. Essa proteção tem permitido a reestruturação de setores da economia ameaçados pela competição externa, que voltam a ser competitivos.

As formas mais recentes de instrumentos para atingir esse objetivo de proteção de setores são as pressões relativas à adoção de uma “cláusula social” e de uma “cláusula ambiental” no sistema multilateral de comércio.

Introduzir terceiros Estados a adotar instituições, normas de atividade e políticas econômicas semelhantes às americanas.

Essa política teve início com a aprovação do GATT, em 1947, cuja base é a prática e o direito comercial americano. Apesar de as necessidades políticas decorrentes da Guerra Fria terem colocado esse objetivo em repouso durante longo período, ele ressurgiu e se torna ainda mais importante com o início da adesão do comunismo ao Ocidente, com a queda do Muro de Berlim (1989), que ocorre no início da Rodada Uruguai (1986/94), e com a aceleração da expansão das megacorporações multinacionais.

A expansão dessas empresas ocorreu, nacionalmente, com a

firme oposição de Reagan e Thatcher à *legislação antitruste*, uma conquista da sociedade americana, passando a permitir as fusões de grandes empresas que se expandem com vigor e que se beneficiam para sua expansão internacional das possibilidades técnicas abertas pelo avanço das telecomunicações e da informática.

Para as megaempresas multinacionais, a adoção por todos os países de normas semelhantes nos campos, comercial, fiscal, ambiental, técnico etc. facilita enormemente sua atividade e aumenta sua lucratividade.

A esse processo de expansão se deu o nome neutro de "globalização" da economia e a ele se conferiu características de novidade, inexorabilidade, imparcialidade e propiciador de benefício geral. Ao tornar ilegal uma série de políticas de estímulo à atividade econômica e ao estabelecer regras sobre propriedade intelectual, *antidumping*, subsídios, barreiras não-tarifárias etc. a Rodada Uruguai foi o instrumento preferencial do governo americano para alcançar esse objetivo. Recentemente, organizou-se todo um programa paralelo, executado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, visando à "cooperação" e à indução dos países endividados para que executem políticas de modernização estrutural, inclusive com a adoção de normas econômicas e de atividade empresarial (contábeis, fiscais etc.) semelhantes às vigentes nos Estados Unidos. A divulgação, em agosto de 1998, de um estudo do Banco Mundial sobre as reformas a serem feitas nas instituições periféricas após o "sucesso" do Consenso de Washington é uma clara demonstração da permanência desse objetivo.

Garantir o acesso americano direto às fontes de matéria-prima essenciais à economia americana, em especial à energia.

A política de garantir a liberdade de acesso a matérias-primas

estratégicas, tem três vetores: o primeiro, a criação de estoques estratégicos desses materiais nos Estados Unidos; o segundo, a preservação das reservas americanas desses materiais; o terceiro, o forte desestímulo e pressão contra políticas de exploração estatal por terceiros países desses materiais, em especial o petróleo.

A permanência, no tempo, desse objetivo estratégico faz com que até hoje os Estados Unidos tenham atitude hostil em relação à Líbia e ao Irã e que tenham sido levados à Guerra do Golfo, contra o Iraque, cuja natureza punitiva é exemplar, para reafirmar a importância vital desse objetivo. Os processos em curso de privatização de companhias estatais de petróleo em vários países da periferia correspondem a esse interesse americano. Muitas vezes não se trata de produtores eficientes e competitivos em confronto com as grandes companhias americanas, mas a sua atividade de exploração de petróleo através de companhias estatais não só prejudica os interesses de exportação das grandes companhias produtoras como também cria um efeito-demonstração que pode tentar países produtores eficientes a estatizar seus setores de petróleo.

Garantir a mais ampla liberdade de ação às empresas americanas que atuam em terceiros países.

Percentual cada vez mais significativo do faturamento das grandes empresas americanas se realiza no exterior, o que corresponde a significativos fluxos de lucros para os acionistas americanos, compensando em parte o gigantesco déficit comercial do país. A esse objetivo corresponde a campanha para a desregulamentação da atividade econômica na periferia, de redução da ação empresarial do Estado, único concorrente possível diante das dimensões das mega-empresas multinacionais.

Por outro lado, desenvolve-se grande esforço para a assinatura

de acordos de proteção de investimentos, incluindo dispositivos de privilégio do foro estrangeiro, isto é, americano, para resolver as disputas de empresas multinacionais com o Estado local. A idéia de proteção "recíproca" de investimentos é risível diante da enorme assimetria entre os interesses americanos nos países da periferia e desses nos Estados Unidos. Não há notícia desse tipo de acordo entre países desenvolvidos.

Impedir a transferência de tecnologia que permita o surgimento de competidores efetivos nos mercados de ponta mais lucrativos.

O objetivo de reduzir a velocidade de transferência de tecnologia, em especial em direção à periferia, tem sido objetivo perseguido pelos Estados Unidos com vigor redobrado pela convicção de que sua gradual perda de parcelas do mercado mundial se deveria à "pirataria tecnológica" de países como o Japão.

A razão dessa estratégia é a de que os mercados mais lucrativos são aqueles criados por novos produtos, mercados que a patente permite explorar com margens extraordinárias de lucros. Os produtos de tecnologia conhecida são transacionados em mercados mais competitivos e onde, portanto, as margens de lucro são menores. Quanto maiores as dificuldades à transferência de tecnologia, mais lentamente surgem competidores e durante mais tempo as empresas líderes podem auferir lucros extraordinários.

V - A ESTRATÉGIA IDEOLÓGICA AMERICANA

A grande estratégia americana pode ser resumida na idéia de manter a hegemonia ideológica americana adquirida com a vitória na Segunda Guerra Mundial e de promover a aceitação dos modelos americanos políticos, econômicos e sociais como o padrão ideal a ser alcançado por todos os países.

A compreensão da política exterior americana somente pode ocorrer a partir da compreensão do que a sociedade americana pensa de si mesma e do que seu governo pensa de si mesmo e da sociedade americana.

A sociedade americana considera que seu sistema político é o mais perfeito jamais desenvolvido pelo homem. A prova disso seria sua permanência no tempo e a inexistência de interregnos ditatoriais desde a Constituição de 1787.

A sociedade americana considera que seu sistema econômico conseguiu criar a maior e mais dinâmica economia do mundo, em que existe igualdade de oportunidades, em que as diferenças de renda - quando existem - não são excessivas e na qual as que existem são "naturais", em que os mercados são livres e competitivos, em que o poder econômico não controla o governo e o Estado.

A sociedade americana acredita que sua política exterior é essencialmente pacífica, que as ações militares que empreende visam ao bem-estar da comunidade internacional e nunca o proveito para os Estados Unidos e que os demais Estados têm uma inata tendência agressiva, expansionista e competitiva.

A sociedade americana considera que é sua missão, como

principal Estado, preservar os valores ocidentais - que seriam a liberdade política e religiosa, a democracia e o capitalismo - no mundo e lutar pela sua difusão contra seus inimigos.

Os objetivos intermediários da estratégia ideológica americana podem ser assim descritos - naturalmente de forma sintética.

Garantir o livre acesso dos sistemas de divulgação do American way of life a todas as sociedades.

Esse objetivo é buscado através da defesa dos princípios de "liberdade de informação" e através da oposição a toda política de proteção à produção cultural, em qualquer país - da periferia ou não -, tais como quotas de exibição em cinema, televisão e vídeo, políticas estatais de subsídio às artes e a seus meios de difusão. Naturalmente, a defesa do acesso a qualquer país das agências noticiosas e jornalistas americanos - a objeção à criação de agências estatais de notícias e a repulsa à iniciativa da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) de criar uma nova ordem internacional da informação, que levou ao desligamento dos Estados Unidos da organização, exemplificam a importância que atribuem à questão ideológica.

Promover a divulgação dos ideais americanos através de sistemas de treinamento profissional para prováveis integrantes das futuras elites de terceiros países.

Esse objetivo foi promovido através da United States Information System (USIS) em especial e dos programas de bolsas de estudo das Universidades, das Fundações, do programa Fulbright e outros, em especial a partir da criação da United States Agency for International Development (USAID). Esse programa, de efeitos a longo prazo, mostra hoje seus resultados em países da periferia, em especial onde os sistemas universitários eram considerados

precários. Em diversos países da periferia as equipes de política econômica - e às vezes os ministros de Estado - tiveram sua formação profissional nos Estados Unidos.

Garantir o controle dos Secretariados de organismos internacionais multilaterais com capacidade de formulação ideológica "internacionalista".

Os Secretariados de organismos internacionais, pelas características do sistema de distribuição geográfica dos cargos, e pela vocação idealista e "internacionalista" de seus integrantes, em especial nas décadas iniciais das Nações Unidas, tenderam a desenvolver idéias e teorias que, levando em consideração as assimetrias de poder econômico e político, foram tomadas como desafiadoras dos interesses americanos. Assim, o controle progressivo desses Secretariados, a redução de dotações e a mudança de sua orientação, em especial no caso do setor econômico das Nações Unidas, foi considerado objetivo estratégico importante, razoavelmente alcançado nos casos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e da United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), que se alinharam progressivamente com a ideologia econômica "correta" do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Apresentar o modelo socialista de organização política, econômica e social como intrinsecamente mau, destruidor dos valores ocidentais.

A estratégia ideológica dos Estados Unidos se beneficiou fortemente da existência do socialismo na União Soviética como sistema competitivo de organização social, política e econômica. A existência desse sistema permitiu àquela estratégia não só atacá-

lo como estigmatizar, como inimiga e perigosa, qualquer crítica à política e à sociedade americana.

Na medida em que desaparece o conflito Leste-Oeste, a estratégia ideológica americana deixa de se referir ao inimigo soviético e passa a considerar como sua tarefa a defesa da globalização e da democracia no plano mundial, de que são novos inimigos o fundamentalismo islâmico, o narcotráfico e o terrorismo, sempre que dificultem os interesses americanos. A ameaça deixa de ser a agressão soviética (se bem que esta seja mantida em uma espécie de *freezer* político) para se localizar de forma difusa.

Apresentar os Estados Unidos como paladinos da independência dos povos coloniais, da liberdade individual, da democracia, da iniciativa privada e dos valores espirituais do homem, da igualdade e da não-discriminação étnica, social, religiosa e econômica.

Nessa tática, os Estados Unidos se apresentaram através de seus aparelhos de propaganda oficial e privada, como os paladinos da democracia (apesar de seu apoio a diversas ditaduras) contra a ditadura socialista; da independência dos povos coloniais (apesar de seu voto contrário sistemático nas Nações Unidas à independência das colônias portuguesas), da não-discriminação étnica (apesar da legislação racista do Sul e de toda a discriminação de fato até hoje existente contra minorias em geral); dos valores espirituais do homem (apesar do culto ao consumismo, à riqueza, ao hedonismo); da igualdade social e econômica (basta ver as escolas públicas e o sistema universitário de alta qualidade aos quais as elites têm acesso especial pela riqueza ou pela influência) e religiosa.

I - ESTRATÉGIA AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA E PARA O BRASIL

Na América Latina, no Brasil e mesmo nos Estados Unidos, costuma-se ouvir o argumento de que a América Latina não teria valor estratégico para os Estados Unidos e a queixa de que, por essa razão, a América Latina não receberia a prioridade a que teria "direito" a que outras regiões recebem dos governos americanos, republicanos ou democratas.

Poder-se-ia argumentar que a América Latina, ao contrário do que se propala, é de fato a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos. Que não receba ela os recursos que julga merecer, que não receba o tratamento respeitoso e a consideração de que se julga merecedora, é outra questão. Talvez não receba tal atenção, enquanto outras áreas a recebem, justamente por se encontrar ela tão dependente militar, política, econômica e ideologicamente dos Estados Unidos, a tal ponto de suas autoridades se permitirem hoje simplesmente não mencioná-la em discursos, programas, relações de prioridades e memórias, enquanto os analistas acadêmicos a ela dedicam apenas escassa atenção. Em segundo lugar, essa ausência de menção não significa que em Washington não se acompanhe com especial cuidado a evolução política na América Latina.

O fato de os Estados Unidos terem incluído o México no NAFTA, de terem lançado a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de se preocuparem tão intensa e apaixonadamente com

Cuba, cuja importância econômica, política e estratégica é hoje bem menor do que no passado, revela seu especial cuidado em garantir sua influência hegemônica na área geográfica que lhe é mais próxima.

Dentro dessa área geográfica tão ampla, onde os vínculos que unem os Estados que a compõem são muito mais em oposição aos anglo-saxões do que vínculos próprios de interesse bilateral, há gradações de importância. Seria ingênuo pensar que todos os países recebem a mesma atenção.

O Caribe e a América Central, como centros emissores de refugiados políticos e de imigrantes econômicos, merecem atenção especial, assim como a Zona do Canal do Panamá. A Iniciativa do Caribe, a atenção dada ao Haiti, as seguidas intervenções em Granada, Panamá, República Dominicana, mostram como é grande a atenção dos Estados Unidos, atenção que pode ser classificada como negativa, mas que é inegavelmente uma realidade - às vezes dolorosa.

A estratégia política americana na América Latina tinha e tem como principal objetivo manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias. Em segundo lugar, os Estados Unidos procuram com persistência alinhar a política externa dos países latino-americanos com a dos Estados Unidos e contar com o seu apoio para suas iniciativas nos organismos internacionais ou fora deles. Em terceiro lugar, sua estratégia procura manter regimes, democráticos ou não, que garantam a liberdade de ação dos interesses americanos e promover a adoção das normas chamadas de *good governance*.

A estratégia econômica americana para a América Latina tinha como principal objetivo manter os mercados latino-americanos

abertos para as suas exportações, em especial industriais - e seus investimentos - através da defesa infatigável das teorias econômicas liberais, em especial das idéias de vantagens comparativas, de especialização agrícola e de livre comércio. Nesse esforço, os Estados Unidos acenam com a abertura do mercado americano, bilateralmente ou através de uma eventual integração hemisférica. Em terceiro lugar, faz parte central de sua estratégia o combate à ação do Estado latino-americano como promotor do desenvolvimento.

A estratégia militar para a América Latina tinha como objetivo central manter as Américas como zona de influência militar exclusiva americana. Esse objetivo seria alcançado por meio da influência sobre o pensamento estratégico militar, através de programas de formação de oficiais e da defasagem tecnológica das Forças Armadas, de acordos de vendas de armamentos de segunda ou terceira geração e da garantia de acesso preferencial americano às matérias-primas estratégicas da região. Um aspecto menos óbvio da estratégia militar é o objetivo de evitar conflitos armados entre Estados latino-americanos que pudessem vir a tornar necessária uma presença militar direta ou prejudicar interesses de suas empresas ou abrir a possibilidade da intervenção de terceiros Estados extra-região.

A estratégia ideológica tinha e tem como objetivo central tornar os Estados Unidos a nação líder e modelo para os demais Estados do hemisfério. A criação e a existência de grupos nacionais simpatizantes dos ideais e das políticas dos Estados Unidos torna indispensável a garantia do acesso, a todas as sociedades, dos meios de divulgação do *American way of life*, em especial o cinema e a televisão e a expansão do uso da língua inglesa e da influência cultural americana, através dos institutos de língua, do intercâmbio de estudantes e dos programas de bolsas de pós-graduação.